



CONTRATOS LICITATÓRIOS FIRMADOS NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS NO EXERCÍCIO 2020 FRENTE AO REGRAMENTO PANDÊMICO

BIDDING CONTRACTS SIGNED IN THE MUNICIPALITY OF CANOINHAS IN THE 2020 FINANCIAL YEAR IN FRONT OF THE PANDEMIC RULE

Gilberto dos Passos¹
Anieli Schiessl Trevisani²

RESUMO

No estudo procura-se evidenciar a aplicação das legislações vigentes no período de pandemia instaurado pelo coronavírus, nos processos licitatórios no Município de Canoinhas, promovendo a verificação dos contratos de aquisição de bens, serviços e insumos firmados no ano de 2020 sob a égide dos regramentos pandêmicos, haja vista, que o novo coronavírus trouxe demandas de uso emergencial, que precisariam ser rapidamente sanadas pela Administração Pública. Todavia, as operações realizadas pelos órgãos públicos precisam estar amparadas na legalidade dos atos, combinadas com a transparência prezando sempre pela eficácia para atender as necessidades da sociedade. Dessa forma, a pesquisa desenvolvida foi a bibliográfica e documental, de revisão doutrinária, com bases no método dedutivo, a discussão pautou-se em tabelas elaboradas a partir das informações disponibilizadas pelo Município de Canoinhas no seu sítio eletrônico e evidenciou que os novos regramentos foram eficazes na simplificação dos processos de contratações públicas, notadamente no enfrentamento as necessidades vinculadas a pandemia.

Palavras-chave: Licitação. Pandemia. Administração. Eficácia.

ABSTRACT

The study seeks to evidence the application of the legislation in force during the period of pandemic brought about by the coronavirus, in the bidding processes in the Municipality of Canoinhas, promoting the verification of contracts for the acquisition of goods, services and inputs signed in 2020 under the aegis of the regulations

¹Graduando da 10^a fase do Curso de Direito pela Universidade do Contestado. Campus Marcílio Dias. Canoinhas. Santa Catarina. Brasil. E-mail: gilberto.passos@aluno.unc.br

²Advogada, especialista em Direito Processual Civil pela Uninter. Professora no curso de Direito da Universidade do Contestado. Campus Marcílio Dias. Canoinhas. Santa Catarina. Brasil. E-mail: anieli.trevisani@professor.unc.br

pandemics, given that the new coronavirus brought demands for emergency use, which would need to be quickly remedied by the Public Administration. However, the operations carried out by public bodies need to be supported by the legality of the acts, combined with transparency, always striving for efficiency to meet the needs of society. Thus, the research developed was bibliographical and documentary, of doctrinal review, based on the deductive method, the discussion was based on tables prepared from the information provided by the Municipality of Canoinhas on its website and showed that the new regulations were effective in simplifying public procurement processes, notably in facing the needs linked to the pandemic.

Keywords: Bidding. Pandemic. Management. Efficiency.

1 INTRODUÇÃO

Os municípios possuem demandas de várias ordens e, para supri-las, vinculam-se aos meios legais que estabelecem normas de como proceder dentro dos princípios constitucionais, éticos e morais. Partindo dessa premissa, a Administração Pública é o moderador de todo esse processo, uma vez que o comando de todas as ações que visam o bem da sociedade e provimento de suas demandas partem desse setor, podendo, dentro do que lhe é permitido por lei realizar contratações de serviços e aquisições de materiais com o particular, mediante procedimento de licitação, atrelado a lei vigente como forma de salvaguardar o interesse público de procedimentos escusos.

Destarte, particularmente o ano de 2020 foi um período atípico para a Administração Pública, haja vista ser sabido que a Organização Mundial da Saúde afirmou que a doença causada pela COVID-19 desencadeava-se em uma pandemia. Tal mudança, atrelada a saúde em escala mundial, interferiu significativamente no modo de como efetuar compras e contratar serviços no setor público.

Desse modo, cabe ao gestor prezar pela eficiência das suas ações frente a administração pública e, diante do cenário pandêmico conhecer o regramento emergencial do processo de licitação, considerando as mudanças significativas atreladas ao período de pandemia neste aspecto.

Assim, em caráter de emergência entraram em vigor regramentos especiais para enfrentamento da emergência de saúde pública, especialmente a Lei nº 13.979/2020, alterada por medidas emergenciais, notadamente as Medidas Provisórias de nº 926/2020 e nº 961/2020, convertidas nas Leis nº 14.035/2020 e nº

14.065/20, respectivamente. Essas leis reordenaram e trouxeram grandes impactos em todo o processo licitatório.

A luz dessas premissas, é necessário analisar como estão sendo conduzidas as licitações em tempo pandêmico no Município de Canoinhas, com intuito de averiguar se o regramento especial apresentou resultados eficazes em relação a simplificação dos processos licitatórios e evidenciar se tais normas efetivamente minimizaram a burocracia.

Desse modo, uma vez que em se tratando de emergência de saúde pública e a exigência de agilidade no atendimento do interesse público, o presente artigo buscará responder a seguinte indagação: as leis sancionadas em período pandêmico foram eficazes ao Município de Canoinhas para simplificar as demandas da administração pública frente as licitações realizadas nessa nova realidade?

Para isso, por meio de pesquisa bibliográfica, documental e, notadamente pela verificação dos processos licitatórios que foram firmados no Município de Canoinhas no ano de 2020, sob a égide do regramento pandêmico, disponibilizados no sítio eletrônico do Município. Destarte, de primeiro momento, discorrerá sobre os aspectos gerais da licitação, mormente a evolução legislativa e noções quanto a conceito, objeto, finalidade e princípios norteadores do processo licitatório. Em segundo momento, buscará apresentar os regramentos legais promulgados em razão do período de pandemia, focando nas principais características da Lei nº 13.079/2020 e suas alterações dadas pelas Medidas Provisórias nº 921/2020 e nº 961/2020, convertidas nas Leis nº 14.035/2020 e nº 14.065/2020, respectivamente.

Ao final, realizar-se-á um exame dos contratos licitatórios firmados no Município de Canoinhas no ano de 2020 a luz da legislação especial de enfrentamento e disseminação do coronavírus, buscando analisar a eficiência na simplificação dos processos licitatórios pela utilização dessas normas específicas.

2 SÍNTESE RETROSPECTIVA DA LEGISLAÇÃO ACERCA DA LICITAÇÃO

A licitação no Brasil possui regulamentação desde os tempos mais remotos, tendo advento inicial no Decreto nº 2.296/1862 que regulamentava as arrematações dos serviços a cargo do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas,

prevendo um prazo de procedimento de quinze dias a seis meses, de acordo com valores e importância do item (BRASIL, 1862).

Em avanços legislativos, sancionou-se o Decreto Lei nº 4.536/1922, que fazia alusão as licitações em 20 artigos do seu regramento. Posteriormente, entrou em vigor o Decreto Lei nº 200/1967, que estabeleceu a reforma administrativa federal e abordou o assunto referente a licitações, ensejando a promulgação da Lei nº 5.456/1968, que assegurou aos Estados e Municípios a aplicação das normas relativas as licitações previstas no referido decreto, havendo alterações posteriores por diversos decretos, em particular pelo Decreto Lei nº 2.300/86 no modo como disciplinava os contratos administrativos.

Seguidamente, a Constituição Federal mencionou a temática das licitações em seus artigos 22, inciso XXVII e artigo 37 inciso XXI (BRASIL, 1988), garantindo competência privativa da União em legislar acerca das normas gerais de licitação aplicáveis a todos os entes federados, culminando pela promulgação da famigerada Lei nº 8.666/93, que “regulamenta na Constituição Federal o artigo 37, inciso XXI, institui normas para licitações e contratos da administração pública e dá outras providências” (BRASIL, 1993). Por oportuno, o artigo 1º da Lei nº 8.666 dispõe:

Esta Lei estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Parágrafo único. Subordinam-se ao regime desta Lei, além dos órgãos da administração direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios (BRASIL, 1993)

Diante dessas premissas, a Lei nº 8.666/93 vigorou até a atualidade, sendo, por fim, sancionada recentemente, a Lei nº 14.133/2021 que trouxe em sua estrutura a unificação dos regramentos acerca das licitações, no qual uma das principais consolidações diz respeito ao reconhecimento da era digital na esfera das contratações públicas. Destarte, a nova lei reúne todos os demais regramentos acerca das licitações e contratações em um documento único, então a lei de licitações, lei do pregão e, extraordinariamente, a lei de regime diferenciado de contratações públicas – RDC, passam a integrá-la (TOLEDO, 2021).

Em apertada síntese, eis que o objeto do presente artigo não é identificar as alterações promovidas pela legislação recente, dentre outras alterações significativas, tem-se que a Lei nº 14.133/2021 abrange as licitações e os contratos; dispõe sanções a infrações, fomentando modificações no Código de Processo Civil, Código Penal e na Lei nº 11.079/2004 (Parcerias Público-Privadas); prevê a criação do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e institui a licitação em meio eletrônico, dando assim mais transparência aos atos realizados (BRASIL, 2021).

Além do que, regulamenta algumas situações novas, como a contratação por credenciamento, a qualificação prévia do objeto ou de licitantes, o processo de manifestação de interesse e, o registro cadastral unificado bem como a preocupação com o planejamento embasado em estudos técnico (BRASIL, 2021).

Ainda, evidencia-se a flexibilização das dispensas de licitação, das previsões de contratação de bens e de serviços exclusivos, no que tange a comprovação de exclusividade; alteração dos prazos de vigência de contratos (de serviço ou fornecimento contínuo); bem como, instruções para que se possa solucionar vícios e decisões sobre a perpetuação da avença ou então a nulidade do contrato (BRASIL, 2021).

Além disso, além de evidenciar modalidades de licitação já conhecidas, a lei inova, regulamentando a modalidade do diálogo competitivo, que busca solucionar situações no decorrer do certame bem como estabelece a figura do agente de contratação substituindo a comissão de licitação.

A recente legislação está em vigor desde a data de sua publicação, entretanto, por um período de transição de dois anos ainda vigorará a Lei nº 8.666/93, podendo a administração pública optar por utilizar tanto uma quanto a outra neste biênio, salvo as revogações imediatas dispostas no novo regramento (BRASIL, 2021).

2.1 NOÇÕES GERAIS DA LICITAÇÃO

Prima facie, uma exigência do contrato administrativo é a realização do processo licitatório, que só não acontecerá se for dispensado ou inexigível. Porém, mesmo nesses casos, é necessário o devido processo administrativo para comprovar a hipótese dessa aplicação, conforme exige o artigo 26 da Lei nº 8.666/93, que

estabelece as necessidades do governo e a correspondente disponibilidade orçamentária (MARINELA, 2018).

Assim, cabe ao administrador público preceder de licitação as obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da administração pública (BRASIL, 1993).

Ao contrário das ações privadas, as ações administrativas exigem mais formalidades para gerir os "assuntos públicos". Por esse motivo, a Constituição e a Lei nº 8.666/1993 exigem alguns procedimentos administrativos de execução de contratos (OLIVEIRA, 2015).

Destarte, o processo de licitação é formado por diversos atos contínuos e consecutivos que primam pela clareza dos procedimentos e igualdade entre os licitantes, tendo por finalidade suprir as demandas do interesse público, prezando sempre pela proposta mais vantajosa bem como zelando pela igualdade de condições entre os licitantes. Por oportuno, definindo licitação:

(i) é um procedimento administrativo, isto é, um modo de agir do órgão público interessado em contratar a realização de uma obra, de um serviço, de uma compra ou de uma alienação; e (ii) tem como objetivo a obtenção da condição mais vantajosa para realização desse negócio (CALASANS, 2021, p. 25).

Ainda, é sabido que o processo licitatório deve ser processado e julgado em estrita conformidade com os princípios básicos constitucionais que regem a administração pública, precipuamente a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (BRASIL, 1988).

Nos procedimentos licitatórios, o princípio da legalidade basicamente determina que ao administrador público só é permitido o que é legal, ou seja, todas as suas ações devem prezar pela legalidade do ato. Esse conceito de legalidade também engloba todas as determinações que estiverem contidas no edital, uma vez que esse documento é considerado o norteador do processo licitatório (CARVALHO FILHO, 2020).

O princípio da impessoalidade, por sua vez, busca oferecer o mesmo tratamento a todos, impedindo que o ato administrativo seja praticado visando interesses pessoais do agente. "Pelo princípio da impessoalidade, em matéria de licitação, impede-se que o agente público estabeleça considerações de caráter

exclusivista em relação aos concorrentes, seu estado ou situação, em quebra do princípio maior da isonomia” (CALASANS, 2021, p.36).

Quanto ao princípio da publicidade, um dos principais aspectos é que precisam ter como base a transparência das informações e atos da administração pública em conformidade com a lei, sendo garantido o direito a petição de certidões aos poderes públicos, por força do artigo 5º, inc. XXXIV da CF/88 (BRASIL, 1988).

Em relação ao princípio da moralidade administrativa, independente do ato que for feito pelo administrador público, esse deve prezar pela ética e responsabilidade com observância ao ordenamento jurídico, fomentando a necessidade de atender o interesse da comunidade mediante suas necessidades e anseios (CARVALHO FILHO, 2020). Ilustrando, de acordo com o Decreto nº 1.171/94 que aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, no inciso 2º:

O servidor público não poderá jamais desprezar o elemento ético de sua conduta. Assim, não terá que decidir somente entre o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, mas principalmente entre o honesto e o desonesto, consoante as regras contidas no art. 37, caput § 4, da Constituição Federal (BRASIL, 1994).

Pelo princípio da igualdade, é sabido que a Constituição Federal aborda em seu artigo 5º que todos são iguais perante a lei, diante disso cabe ao administrador público utilizar de tratamento igualitário para com todos os concorrentes da licitação (BRASIL, 1988). Esse princípio teve relevante destaque na nova Lei de Licitações de nº 14.133/2021, a teor do seu artigo 9º:

É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:

a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;

b) estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes; [...] II - estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra entre empresas brasileiras e estrangeiras, inclusive no que se refere a moeda, modalidade e local de pagamento, mesmo quando envolvido financiamento de agência internacional (BRASIL, 2021).

Por sua vez, o princípio da moralidade, para José Calasans Júnior (2021), tem uma ligação inerente com a incorruptibilidade e exige que o processo licitatório se

adapte aos bons hábitos e normas éticas, que devem nortear todo o comportamento pessoal e demais situações para orientar as atividades dos agentes administrativos.

Não menos importante é o princípio da vinculação, que para Bittencourt (2020), impede a criação de normas distintas das especificadas no edital após o início do processo licitatório e evita surpresas para os licitantes, que podem formular suas propostas com pleno conhecimento das intenções do governo.

O princípio do julgamento objetivo afirma que todo o julgamento do processo licitatório deve ocorrer em conformidade com critérios definidos previamente no ato convocatório (BITTENCOURT, 2020).

Oportunamente, quanto a aplicação dos princípios norteadores dos processos licitatórios, colhe-se da doutrina de José Calasans Júnior (2021, p. 35):

A Licitação é um procedimento administrativo, tornado obrigatório para a contratação de obras, serviços, compras e alienações do interesse de órgãos integrantes de qualquer dos Poderes da República. Portanto, deve observar, necessariamente, os princípios que a Constituição indica. Deve ser realizada mediante processo aberto ao público em geral (“processo de licitação pública” – diz o inciso XXI do art. 37 da CF), assegurando-se aos interessados “igualdade de condições” (princípios da isonomia e da competitividade), com vistas à obtenção da condição mais vantajosa para a realização das obras, dos serviços, das compras e das alienações do interesse da Administração Pública (princípios da eficiência e da economicidade), tudo segundo as regras definidas em lei (princípio da legalidade).

Enfim, denota-se que todos os princípios apresentam relevante importância jurídica no cerne dos processos licitatórios e que a preservação do patrimônio público foi o objetivo do legislador ao descrevê-los na lei de licitações, atribuindo-os força de regra, que poderão usados na solução de conflitos, que, eventualmente, não estejam previstos no regramento legal.

3 A PANDEMIA QUE CULMINOU COM A CRIAÇÃO DE NOVO MODELO TEMPORÁRIO DE LICITAÇÃO

A pandemia decorrente da COVID-19 trouxe agarrado a ela uma necessidade emergencial em vários seguimentos, que acabou por exigir dos governantes medidas extremas para que o enfrentamento da doença se desse de forma mais rápida e eficiente. Ilustrando:

A pandemia afetou o direito vigente e as relações jurídicas preexistentes. Medidas legislativas e administrativas e decisões judiciais adotaram soluções inovadoras para disciplinar não apenas os eventos futuros, como também aqueles do passado - mais precisamente, os efeitos presentes e futuros de atos jurídicos perfeitos e acabados ocorridos no passado (JUSTEN FILHO, 2021, p.1).

Nesse norte, em regime de urgência, criou-se a Lei nº 13.979/2020, regramento esse temporário, que “dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019” (BRASIL^b, 2020). Por oportuno Boaventura (2020) afirma que há necessidade de que o Estado proponha regulamentação e regras de contratações eficientes para que se evite a propagação da COVID-19.

No campo das condutas da administração pública a referida lei assegura novas regras para as licitações durante o período pandêmico, para que se possa adquirir bens, serviços e insumos, desde que esses estejam vinculados a conter a disseminação da doença.

Isso porque, o regramento quanto as licitações no ano de 2020 era dado pela lei vigente até então, de nº 8.666/1993, desse modo o regramento inerente a Lei nº 13.979/2020 engloba a lei de licitações, do pregão, bem como abarca a lei do regime diferenciado de contratações públicas - RDC e a lei que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, na qual essa última apresenta solução menos burocráticas para as sociedades estatais e empresárias (JUSTEN FILHO, 2021).

Entretanto, conforme parecer da Advocacia Geral da União a Lei nº 8.666/1993 deve ser aplicada de forma subsidiária a Lei nº 13.979/2020, no que não for tratado expressamente por essa última e no que estiver em desconformidade com o regime jurídico apresentado (BRASIL^g, 2020).

A norma emergencial traz menção de possibilitar as contratações de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública, com dispensa de licitação, por força da redação do seu artigo 4º, dada pela Lei 14.035/2020, *in verbis*:

É dispensável a licitação para aquisição ou contratação de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional de que trata esta Lei. § 1º A dispensa de licitação a que se refere o **caput** deste artigo é

temporária e aplica-se apenas enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (BRASIL^c, 2020).

Destarte, em tempo de pandemia, denota-se que a aplicação da licitação ainda é a regra e as dispensas e inexigibilidades são exceções, e para tanto, devem ter embasamento legal para ocorrerem.

Porém, a própria Constituição Federal abre precedente em algumas situações, e diz que não haverá necessidade de existir esse procedimento, desde que estes estejam previstos em Lei, no qual a Lei nº 8.666/1993 trouxe o regramento específico para inexigibilidade e dispensa de licitação (ALMEIDA, 2020).

Quanto a dispensa de licitação, ainda, a redação da Lei nº 13.979/2020, alterada pela Lei 14.006/2020, também liberou a importação de medicamentos que estejam vinculados a pandemia, e, embora o licenciamento de importação de medicamentos para outros casos demande tempo, a presente norma permitiu simplificar esse processo consubstanciada na urgência com eficácia imediata e vigência igual ao do Estado de Emergência Internacional (BRASIL^h, 2020).

Outrossim, a teor do § 3º do artigo 4º da Lei nº 13.979/20, redação dada pela Lei 14.035/2020, assegura-se ao poder público a contratação por valores acima do estimado, haja vista que a crise pandêmica afeta diretamente o mercado e, por conseguinte, o abastecimento de produtos acabam tendo grande procura, portanto, gerando elevação no preço³ (BRASIL^c, 2020).

No que se refere aos contratos, ficou estabelecido que frente ao regramento de tempo pandêmico, esses terão vigência de seis meses, devendo serem reanalisados para casos de renovação, cujo entendimento, aplica-se também aos licenciamentos de medicamentos, cujos contratos podem ser prorrogados enquanto a pandemia perdurar.

3 Art. 4º: [...] § 3º Os preços obtidos a partir da estimativa de que trata o inciso VI do § 1º deste artigo não impedem a contratação pelo poder público por valores superiores decorrentes de oscilações ocasionadas pela variação de preços, desde que observadas as seguintes condições:

I – negociação prévia com os demais fornecedores, segundo a ordem de classificação, para obtenção de condições mais vantajosas; e

II – efetiva fundamentação, nos autos da contratação correspondente, da variação de preços praticados no mercado por motivo superveniente (BRASIL^c, 2020).

Para Boaventura, (2020), as regras foram relaxadas para agilizar o processo licitatório e para desvincular a rígida Lei nº 8.666/93 a fim de resguardar o maior direito constitucional que é a vida e a saúde.

Dessa forma, o objetivo da Lei nº 13.979/2020 e posteriores alterações é possibilitar uma flexibilização e simplificar os processos licitatórios que poderiam interferir nas medidas preventivas e de combate a pandemia, mormente quanto a urgência que a crise apresenta.

3.1 ALTERAÇÕES DAS MEDIDAS PROVISÓRIAS CONVERTIDAS EM LEI

Apesar da tentativa de desburocratizar o procedimento licitatório a fim de resguardar a saúde pública, por meio da Lei nº 13.979/2020, tal regramento não se mostrou suficiente para sanar as inúmeras situações que a pandemia impôs a Administração Pública, razão pela qual editou-se Medidas Provisórias, posteriormente convertidas em lei, na tentativa de suprir lacunas da legislação emergencial.

3.1.1 Medida Provisória nº 926/2020 convertida na Lei nº 14.035/2020

Em 20 de Março de 2020, foi editada a Medida Provisória nº 926, a qual regulamenta ações que visam a proteção do interesse público como um todo, dentre elas destaca-se a possibilidade de contratação de fornecedores de bens, serviços e insumos de empresa declarada inidônea ou com direitos de participação suspensa, desde que seja a única fornecedora do bem ou serviço licitado (BRASIL^e, 2020).

Assim, referida Medida Provisória trouxe a possibilidade de contratação de fornecedora que esteja com inidoneidade declarada ou suspensa, quando comprovadamente se provar ser a única fornecedora do bem ou serviço a ser adquirido, bem como permitiu a dispensa de licitação a fim de atender as condições que envolvam necessidade de pronto atendimento frente a situações de emergência.

Ainda, a norma em comento trouxe outras medidas de simplificação, como a solicitação de que se estabeleçam estudos primários a respeito de bens e serviços comuns, e, para a contratação, foi admitida a apresentação de termo de referência simplificado ou de projeto básico simplificado, devendo esses conter, de acordo com o § 1º do artigo 4º, as seguintes partes:

I - declaração do objeto; II - fundamentação simplificada da contratação; III - descrição resumida da solução apresentada; IV - requisitos da contratação; V - critérios de medição e pagamento; VI - estimativas dos preços obtidos por meio, no mínimo, um dos seguintes parâmetros: a) Portal de Compras do Governo Federal; b) pesquisa publicada em mídia especializada; c) sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo; d) contratações similares de outros entes públicos; ou e) pesquisa realizada com os potenciais fornecedores; e VII - adequação orçamentária. (BRASIL^e, 2020, p.2)

Outra medida significativa, refere-se aos prazos para a realização dos procedimentos licitatórios nos casos de pregão, que foram reduzidos pela metade, na tentativa de dar agilidade ao processo, evidenciando-se através de mais esse regramento o empenho dos órgãos competentes para sanar a urgência imposta pelo momento de crise (BRASIL^e, 2020).

Tanto a Lei nº 8.666/93 quanto a Lei nº 10.520/2002 que determinam regramento acerca do pregão são regramentos complexos e seus trâmites burocratizariam o atendimento do interesse público frente a emergência da pandemia. Assim foi necessário implantar a Medida Provisória objetivando a celeridade aos processos de aquisição e atendimento ao interesse público (BOAVENTURA, 2020).

Posteriormente, a Medida Provisória nº 926/2020 foi convertida na Lei nº 14.035/2020, ressaltando que o objetivo desse artigo não é exaurir todo o assunto referente essa norma, mas elencar as modificações significativas acerca das contratações públicas dada pela sua redação (BRASIL^c, 2020).

O primeiro aspecto a ser observado diz respeito a divulgação de aquisições e contratações através do meio digital, no qual de acordo com a Lei nº 14.035/2020 as contratações e aquisições, sem exceção, terão prazo de 5 dias (úteis) para que ocorra a devida divulgação em site específico, sendo que a Medida Provisória que antecedeu a Lei usava o termo “imediatamente”, dando uma conotação vaga acerca da publicação (BRASIL^c, 2020).

Também, referida lei garantiu ao poder público a viabilidade de contratação em casos especiais e justificados, de empresas que tenham sanções ou suspensão do direito de licitar, tendo mencionado a sanção do impedimento de licitar, algo que não

havia sido mencionado na Medida Provisória nº 926/2020, dispondo no § 3º do artigo 4º⁴:

Ainda, o novo regramento abordou previu o dever das empresas que possuírem sanções apresentar garantia de 10% do valor contrato, configurando uma certa cautela da administração pública no que tange a exigência de garantia. Para Torres (2018):

[...] se de um lado a exigência de garantia significa cautela da Administração, evitando que a contratação seja frustrada pela falta de capacidade econômica do particular, por outro lado, em determinadas situações, a exigência de caução pode implicar em tolhimento da competitividade, [...] implicando na inviabilidade de participação de interessados que, embora possuam capacidade de oferecer o objeto pretendido pelo Poder Público, encontram óbice, empecilho ou desestímulo na utilização de valores elevados como garantia contratual (TORRES, 2018, p. 648).

Outro aspecto relevante diz respeito as contratações por preços superiores ao valor estimado, já mencionado na Medida Provisória nº 926/2020, todavia, o que a nova lei prevê é a condição de existir uma negociação prévia com os fornecedores para que atinja o melhor preço em relação ao objeto. Além disso, reforça a necessidade de uma fundamentação feita pela administração pública, para que se faça a contratação por valor superior aos de mercado, evidenciando tal necessidade.

Houve mudança ainda relativa à documentação de habilitação, pois além de continuar a não exigir a seguridade social, a Lei nº 14.035/2020 passou a solicitar algo que não estava mencionado na Medida Provisória nº 926/2020 que é a Regularidade Trabalhista.

Por fim, mas não menos importante foi a mudança relativa ao prazo de vigência dos contratos com duração de 6 meses, podendo ser prorrogados por períodos sucessivos. Muito embora essa questão da prorrogação dos contratos já viesse postulada na Medida Provisória nº 926/2020, o que chamou a atenção foi o fato dela ser implementada na Lei nº 14.035/2020, deixando certa a possibilidade de prorrogação contratual.

⁴Na situação excepcional de, comprovadamente, haver uma única fornecedora do bem ou prestadora do serviço, será possível a sua contratação, independentemente da existência de sanção de impedimento ou de suspensão de contratar com o poder público (BRASIL^c, 2020).

Em suma, a Lei nº 14.035/2020 engloba diversas medidas específicas para os procedimentos de aquisição ou contratação de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, que não poderiam ser adotadas pela administração pública no comando da Lei Geral das Licitações nº 8.666/93, mostrando-se, em geral, ser um mecanismo de desburocratização no enfrentamento da pandemia, inobstante existirem situações que precisem de uma análise mais aprofundada dentro de suas especificidades.

3.1.2 Medida Provisória nº 961/2020 convertida na Lei nº 14.065/2020

A Medida Provisória nº 961/2020, também com efeitos durante o tempo pandêmico, limita os valores de dispensa de licitação, dispostos na Lei nº 8.666/93 de R\$ 15.000,00 (quinze mil) para R\$ 1000.000,00 (cem mil) para obras e serviços de engenharia, bem como para demais serviços e compras de R\$ 8.000,00 (oito) para R\$ 50.000,00 (cinquenta mil); prevê o pagamento antecipado nas licitações e nos contratos pela Administração; e amplia a utilização do Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC, para licitações e contratações de quaisquer obras, serviços, compras, alienações e locações (BRASIL^f, 2020).

Entretanto, mesmo em vias de contratação direta se faz necessário o procedimento administrativo prévio, no qual é essencial observar as etapas, bem como formalidades de cunho imprescindível, a exemplo disso: a necessidade real da sociedade; o instrumento mais eficaz para responder à essa necessidade; definição correta do objeto do contrato, assim como uma pesquisa prévia de preço dos produtos/serviços a serem adquiridos no mercado oferecido.

Analisando essa vertente percebe-se que a ausência de licitação não autoriza a Administração a proceder por meios obscuros, sem salvaguardas necessárias de procedimento administrativo.

Assim, importante destacar que a dispensa de licitação estabelecida pela Lei nº 13.979/2020 pode ser utilizada em tempos de crise da pandemia, mas deve haver processo administrativo registrado no órgão, devidamente justificado e motivado pelos agentes públicos (BITTENCOURT, 2020, p. 4).

É relevante ressaltar, ainda, a previsão dada pela Medida Provisória nº 961/2020, acerca de pagamento antecipado pela Administração, desde que: “a) represente condição indispensável para obter o bem ou assegurar a prestação do serviço; ou b) propicie significativa economia de recursos” (BRASIL^f, 2020), propiciando vantagens de preços ante a atratividade do contrato.

Também, a Medida Provisória nº 961/2020 possibilitou o uso do Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC para licitar e contratar toda e qualquer obra, compras, serviços, alienações e locações a teor do inciso III, do artigo 1º da referida norma, viabilizando, nesta modalidade, condições mais vantajosas pela abrangência na sistemática das contratações públicas nesse regime, isso porque essa modalidade foi criada pela Lei nº 12.462/11, e tinha sua aplicação restrita a programas privativos do governo, tais como obras e serviços de engenharia voltados ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Consolidando a Medida Provisória em comento, foi promulgada a Lei nº 14.065/2020, que “autoriza pagamentos antecipados nas licitações e nos contratos realizados no âmbito da administração pública; adequa os limites de dispensa de licitação; amplia o uso do Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020” (BRASIL^d, 2020), consolidando com algumas pequenas alterações a Medida Provisória nº 961/2020, cuja vigência se dará pelo tempo que perdurar o estado de calamidade pública.

Em suma, a Lei nº 14.065/2020 trouxe duas inovações importantes em relação aos regramentos anteriores, disposto no artigo 4º J, introduzido na Lei nº 13.979/2020:

Os órgãos e entidades da administração pública federal poderão aderir a ata de registro de preços gerenciada por órgão ou entidade estadual, distrital ou municipal em procedimentos realizados nos termos desta Lei, até o limite, por órgão ou entidade, de 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes. Parágrafo único. As contratações decorrentes das adesões à ata de registro de preços de que trata o caput deste artigo não poderão exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem (BRASIL^b, 2020).

A inovação diz respeito ao fato de que anteriormente à lei, era proibida a adesão ou carona de órgão ou entidade da administração pública federal em sistema de registro de preços de órgão ou entidade estadual, municipal ou distrital. Também houve alteração quanto a redação do artigo 4º K, inserido na Lei nº 13.979/2020:

Os órgãos de controle interno e externo priorizarão a análise e a manifestação quanto à legalidade, à legitimidade e à economicidade das despesas decorrentes dos contratos ou das aquisições realizadas com fundamento nesta Lei. Parágrafo único. Os tribunais de contas devem atuar para aumentar a segurança jurídica na aplicação das normas desta Lei, inclusive por meio de respostas a consultas (BRASIL^b, 2020).

Nesse aspecto, refere-se ao regramento destinado a aumentar a segurança jurídica no que se refere a responsabilidade pessoal no que toca as contratações por eles realizados durante o tempo da pandemia.

Dentre outras considerações desnecessárias para a discussão desse trabalho, conclui Boaventura (2020), na análise frente ao conteúdo da Lei 14.065/2020 em comparação com os pontos da Medida Provisória nº 961/2020:

Foram destacados aspectos relativos à: a) ampliação dos limites da dispensa de licitação em razão do valor, previstas no art. 24 da Lei nº 8.666/93, traçando um comparativo entre esta e a dispensa emergencial do art. 4º da Lei nº 13.979/2020; b) previsão expressa do pagamento antecipado, bem como as condições para sua utilização; c) manutenção do uso do RDC, como modalidade de licitação flexível e eficiente; d) possibilidade de uso de Sistema de Registro de Preços através da dispensa de licitação, trazendo reflexões e cautelas necessárias quando do seu uso, tanto pela Administração Pública quanto pelos fornecedores; e por fim, sobre a necessidade de atuação, de maneira mais efetiva pelos órgãos de controle, notadamente nesse período de pandemia, relacionadas às contratações para enfrentamento da crise. (BOAVENTURA, 2020, p. 13).

Enfim, a Lei 14.065/2020 convalidou definições da Medida Provisória que a originou e revogou ou alterou alguns de seus aspectos, trazendo alterações significativas na Lei 13.979/2020 quanto as contratações públicas realizadas durante o tempo da crise, auxiliando na agilidade e simplificação dos processos licitatórios, mormente no ano de 2020.

4 ANÁLISE DOS CONTRATOS LICITATÓRIOS NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS NO ANO DE 2020 FRENTE A LEGISLAÇÃO PANDEMICA

Frente a crise pandêmica a administração pública de Canoinhas precisou atender a sociedade de modo rápido e eficiente em suas demandas, prezando pela legalidade de seus atos.

Dessa forma foram coletados dados publicados no site eletrônico do Município: <https://www.pmc.sc.gov.br/>, pela seleção da aba “transparência”, clicando na opção “licitações”, em seguida selecionando a modalidade desejada (dispensa, inexigibilidade, pregão, RDC), onde estão disponibilizados os arquivos em PDF dos documentos pertinentes aos referidos processos licitatórios regidos pelo regramento pandêmico no ano de 2020, que contribuirão na análise de dados para a pesquisa proposta, utilizando-se do método dedutivo. Assim os dados referentes aos contratos licitatórios embasados na Lei nº 13.979/20 e suas alterações, bem como nas Medidas Provisórias nº 921/2020 e nº 961/2020, realizados no ano de 2020 apresentam as seguintes estimativas:

Quadro 1 – Processos de aquisições/serviços. Dispensa e Inexigibilidade de Licitação – Lei 13.979/2020

Modalidade	Número Processo/Contrato	Objeto	Data Autorização e Homologação	Média Dias	Valor
Dispensa Licitação	DL 01/2020	Aquisição de 1.000 cestas básicas	27/03/2020 Revogada	-	-
Dispensa Licitação	DL 02/2020	Aquisição de 3.000 (três mil) cestas básicas	30/03/2020 30/03/2020	1	R\$ 314.070,00
Dispensa Licitação	DL 04/2020 C17/2020	Contratação de serviços de higienização e limpeza do centro de triagem covid-19	25/08/2020 27/08/2020	2	R\$ 13.802,40
Dispensa Licitação	DL 09/2020	Aquisição de 500 (quinhentas) unidades de testes para covid-19	11/12/2020 11/12/2020	1	R\$ 90.000,00
Dispensa Licitação	DL 03/2020	Aquisição de 500 (quinhentas) unidades de testes covid-19	15/05/2020 16/05/2020	1	R\$ 100.000,00
Dispensa Licitação	DL 10/2020	Aquisição de 500 (quinhentos) unidades de testes covid-19	18/12/2020 18/12/2020	1	R\$ 27.000,00
Inexigibilid. Licitação	IL20/20 C37/2020	Repasse de recursos ao Hospital Santa Cruz	28/12/2020 28/09/2020	1	R\$ 720.000,00

Inexigibilid. Licitação	IL14/20 C24/2020	Repasse de recursos ao Hospital Santa Cruz	24/09/2020 28/09/2020	4	R\$ 720.000,00
Inexigibilid. Licitação	IL04/20 C09/2020	Repasse de recursos ao Hospital Santa Cruz	04/06/2020 05/06/2020	1	R\$ 282.028,47
Inexigibilid. Licitação	IL05/20 C10/2020	Repasse de recursos ao Hospital Santa Cruz	05/06/2020 15/06/2020	10	R\$ 733.883,37

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Quadro 2- Processos de Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) – MP nº 961/2020

Modalidade	Número Processo/ Contrato	Objeto	Data Publicação Edital e Homologação	Média Dias	Valor
RDC	PMC 01/2020	Pavimentação de diversas ruas	17/07/2020 18/08/2020	32	R\$ 11.371.362,0
RDC	FMAS 01/2020	Ampliação casa lar dos idosos	14/08/2020 08/09/2020	25	R\$ 160.818,80
RDC	FMS 01/2020	Reforma Farmácia Municipal	17/08/2020 15/09/2020	29	R\$ 47.960,40
RDC	PMC 05/2020	Pavimentação Asfáltica	14/09/2020 07/10/2020	23	R\$ 375.618,89
RDC	PMC 04/2020	Execução de Serviço de Regularização Fundiária	14/09/2020 08/10/2020	24	R\$ 49.875,38
RDC	FMAS 02/2020	Reforma Centro Multiuso Assistência Social	11/09/2020 Deserto	-	-
RDC	PMC 07/2020	Pavimentação de diversas ruas	23/09/2020 16/10/2020	23	R\$ 1.212.889,68
RDC	PMC 03/2020	Reforma de diversos grupos escolares	02/10/2020 29/10/2020	27	R\$ 46.932,62
RDC	PMC 08/2020	Reforma de escolas do Município	02/10/2020 29/10/2020	27	R\$ 169.310,24
RDC	PMC 09/2020	Reforma de escolas do Município	06/11/2020 01/12/2020	25	R\$ 141.069,77
RDC	PMC 10/2020	Construção CEI Dekla Prust	13/11/2020 09/12/2020	26	R\$ 798.288,13
RDC	PMC 11/2020	Reforma Barracão Reciclagem	20/11/2020 15/12/2020	25	R\$ 112.050,68
RDC	FMS 02/2020	Reforma Policlínica	19/11/2020 17/12/2020	28	R\$ 154.064,39

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Quadro 3- Processos aquisições/serviços – Pregão Simplificado a Lei 13.979/2020

Modalidade	Número Processo/Contrato	Objeto	Data Pub. Edital e Apresentação Propostas	Média Dias Úteis	Valor
Pregão Presencial	41/2020 34/2020	Contratação de pessoal na área médica para centro covid-19.	11/12/2020 18/12/2020	5 (úteis)	R\$ 171.360,00
Pregão Eletrônico	28/2020 C20/2020	Contratação de pessoal na área médica para centro covid-19	14/08/2020 21/08/2020	5 (úteis)	R\$ 172.065,60

Pregão Eletrônico	27/2020	Registro de preços para aquisição de testes detecção da covid-19	29/07/2020 06/08/2020	6 (úteis)	R\$ 48.750,00
Pregão Presencial	20/2020	Registro de preço para aquisição de máscaras	11/05/2020 15/05/2020	4 (úteis)	R\$ 133.900,00
Pregão Presencial	22/2020 C06/2020	Contratação de pessoal na área médica para centro covid-19	15/05/2020 27/05/2020	8 (úteis)	R\$ 168.102,00
Pregão Presencial	23/2020	Registro de preço desinfecção de ruas	18/06/2020 25/06/2020	5 (úteis)	R\$ 48.800,00

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Analizando as licitações frente as modalidades permitidas em tempo pandêmico realizadas no Município de Canoinhas no ano de 2020, com fulcro nas permissões legais dadas pela Lei nº 13.979/20 e suas alterações bem como pela Medida Provisória nº 961/2020, com base nos dados do sitio eletrônico do Município, verifica-se que no exercício foram realizados 4 (quatro) processos licitatórios com inexigibilidade de licitação, 6 (seis) processos de dispensa de licitação, 6 (seis) processos licitatórios na modalidade pregão, sendo 4 (quatro) presencial e 2 (dois) eletrônico e 13 (treze) processos de licitação pelo regime diferenciado de contratações públicas - RDC.

Dos contratos de inexigibilidade de licitação, todos referem-se a repasses de recursos feitos ao Hospital Santa Cruz de Canoinhas para enfrentamento da pandemia desencadeada pela COVID-19.

No que tange ao processo de dispensa de licitação, foram realizados 2 (dois) contratos para aquisição em caráter emergencial de, primeiro 1.000 (mil) cestas básicas, cujo procedimento restou revogado, e, novamente de mais 3.000 (três mil) cestas básicas para distribuição a famílias carentes abarcadas pelas medidas de contenção do covid-19; 1 (um) contrato foi destinado a serviços de higienização e limpeza da área física interna e externa do centro de triagem COVID-19 localizado anexo ao Hospital Santa Cruz de Canoinhas; 3 (três) contratos para aquisição emergencial de testes para detecção da COVID-19, sendo 2 (dois) de 500 (quinhentas) unidades por método RT-PCR e 1 (um) de 500 (quinhentas) unidades de testes do tipo antígeno para a detecção qualitativa de antígeno da síndrome respiratória aguda grave do coronavírus 2 (sars-cov-2).

Já nos processos licitatórios realizados pelo Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), cuja ampliação dessa modalidade se deu para licitações e contratações de quaisquer obras, serviços, compras, alienações e locações durante o tempo pandêmico pela permissão da Medida Provisória nº 961/2020, denota-se que o Município de Canoinhas utilizou-se deste regramento emergencial para a realização de 13 (treze) processos licitatórios no ano de 2020 para contratação de diversas obras no Município, notadamente pavimentações de ruas, reformas e ampliações de prédios públicos.

Nos processos licitatórios realizados na modalidade de pregão presencial, relacionados ao enfrentamento e disseminação do coronavírus, 2 (dois) contratos foram voltados para prestação de serviços com pessoal na área médica do centro COVID-19; 1 (um) registro de preço para aquisição de máscaras de tecido, reutilizáveis, destinadas a distribuição aos moradores do Município de Canoinhas/SC e 1 (um) registro de preço para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de desinfecção de ruas e acessos a locais com grande fluxo de pessoas, localizados no Município de Canoinhas. Já nos 2 (dois) procedimentos realizados na modalidade de pregão eletrônico, 1 (um) para sanar a necessidade de pessoal na área médica do centro COVID-19 e 1(um) registro de preços para aquisição de testes rápidos para detecção da COVID-19 destinados a investigação, testagem e isolamento de casos.

Quanto os prazos para apresentação das propostas na modalidade pregão, é sabido que pela redação da Lei nº 10.520/02 (Lei do Pregão) em seu artigo 4º, prevê que o prazo para a apresentação das propostas, não será inferior a 8 (oito) dias úteis, sendo acrescidos de mais 3 dias para possíveis recursos. Esse lapso temporal teve redução pela metade por força da redação da Medida Provisória nº 926/2020. (BRASIL, 2002).

Nesse aspecto, a Medida Provisória nº 926/2020 dispõe que o objeto precisa estar relacionado à aquisição de bens, insumos e serviços utilizados ao enfrentamento da emergência de saúde pública, sem distinção entre modalidade de pregão eletrônico ou presencial, e ainda, acrescenta redução dos prazos da modalidade (AMORIM, 2020).

Assim, nos processos licitatórios na modalidade de pregão firmados no Município de Canoinhas no ano de 2020, seja presencial ou eletrônico, pela redação

do regramento em tempo pandêmico, verificou-se redução do prazo para apresentação das propostas, eis que, a maioria dos processos nesta modalidade tiveram esse prazo entre 4 (quatro) e 6 (seis) dias úteis, efetivando-se a permissão trazida pela redação da Medida Provisória nº 926/2020 quanto a redução do prazo pela metade para apresentação das propostas, já que houve uma média temporal abaixo dos prazos estipulados na lei específica (não inferior a 8 dias úteis), desde o lançamento do edital até a entrega dos envelopes das propostas.

Doutro norte, abre-se um parêntese para destacar a verificação da eficiência, vinculada as modalidades de dispensa e inexigibilidade de licitação, nas quais se constatou a agilidade necessária para suprir as demandas emergenciais da sociedade, desburocratizando os processos excessivos, isso porque tais procedimentos tiveram uma média aproximada, entre sua abertura e homologação, na maioria, de 1 (um) a 2 (dois) dias.

Outrossim, as contratações realizadas sob a égide da Medida Provisória nº 961/2020, na modalidade Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC, também se mostraram eficientes, eis que mantiveram um prazo médio de 26 (vinte e seis) dias entre o edital e a homologação do certame, evidenciando-se a eficácia dada pela ampliação da aplicação dessa modalidade pela medida emergencial em contratações de quaisquer obras, considerando que na utilização da Lei nº 8.666/93 a média desse prazo é de aproximadamente 50 (cinquenta) dias, conforme se verifica no sítio eletrônico do Município nos processos licitatórios dessa modalidade realizados no ano de 2019, não abarcados pela situação crítica da pandemia.

Isso demonstra que a Lei nº 13.979/2020 e suas respectivas alterações, notadamente as Medidas Provisórias nº 961/2020 e nº 926/2020, não só possibilitaram o enfrentamento em relação à crise estabelecida pela pandemia, como também proporcionaram a agilidade, simplificação e desburocratização dos processos licitatórios utilizados pelo Município de Canoinhas no ano de 2020, para aquisição de bens e serviços no enfrentamento e disseminação da COVID-19.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a presente pesquisa foi possível evidenciar que diante do cenário pandêmico, os novos regramentos promulgados para enfrentamento e disseminação

do coronavírus, que definiram os parâmetros legais aptos para acolher as demandas, atendendo ao princípio da legalidade e possibilitando a desburocratização, principalmente através meios digitais, que passaram a ser um facilitador aos processos licitatórios, em detrimento da aglomeração, se mostraram eficazes, principalmente pelo aspecto emergencial.

De igual sorte, nos contratos licitatórios firmados pelo Município de Canoinhas no ano de 2020 à luz da legislação pandêmica, se registra a eficácia da lei em comento, especialmente pela agilidade viabilizada nos referidos procedimentos.

Outrossim, a desnecessidade da presença dos licitantes na modalidade eletrônica do pregão, oportuniza uma maior gama de participantes e amplia a concorrência, viabilizando o interesse público no que tange ao menor preço, sem olvidar dos benefícios do distanciamento social para disseminação da COVID-19. Ademais, nas modalidades de dispensa e inexigibilidade de licitação também se visualizou a agilidade nos atos praticados, mormente em relação aos curtos prazos até efetiva contratação da licitante.

Ainda, no caso da dispensa de licitação, igualmente visualiza-se benefícios propagados pelas leis especiais do período da crise, diante da configuração dos requisitos necessários para utilização dessa modalidade nas situações enfrentadas pelo Município de Canoinhas, que se enquadram no regramento emergencial, uma vez que o serviço dispensado era essencial e urgente para o atendimento da população e prevenção da disseminação do vírus, dado o agravamento da pandemia.

Ademais, foi possível verificar pelos valores contratados nas licitações realizadas pela égide da Lei nº 13.979/20 e suas alterações, a configuração do interesse público pela proposta mais vantajosa ao Município, na qual, os bens e serviços licitados não demonstram preços inexequíveis e sim razoáveis para o suprimento de tais demandas, mesmo no cenário instável instaurado pela COVID-19.

Observa-se, ainda, que o uso de Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC não se limita a licitações e contratos elaborados para responder à COVID-19, sendo autorizado pela Medida Provisória nº 961/2020 para contratações de quaisquer obras e serviços. Portanto, em caráter temporário, a administração pública municipal pode usar desse regramento afora das restrições dispostas na Lei Federal nº 12.462/2011, independentemente do objeto do contrato, trazendo mais eficiência no cenário social e econômico instável que foi instaurado pela crise, já que

essa modalidade apresenta benefícios, tais como: realização de licitação eletrônica para obras, realização de um único contrato para projeto e obra, dentre outros.

Por fim, considerando o caos na administração pública causada pela pandemia, pode-se confirmar que as medidas permissivas aplicáveis por força da Lei nº 13.979/20 e suas alterações, foram essenciais para a emergência proposta, notadamente nos processos licitatórios realizados nas modalidades de dispensa e inexigibilidade de licitação, pregão e regime diferenciado de contratações públicas – RDC, que foram utilizados no Município de Canoinhas no ano de 2020 para o enfrentamento da crise, pois se mostraram simplificados e ágeis diante da urgência que o período pandêmico exige, demonstrando a eficiência desses regramentos temporários.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Fabrício Bozan. **Manual de Direito Administrativo**. 4.ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

AMORIN. Victor Aguiar Jardim de. **O pregão em tempos de covid-19: inovações procedimentais de acordo com a Lei n. 13.979/2020**. 2020. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/86299/o-pregao-em-tempos-de-covid-19-inovacoes-procedimentais-de-acordo-com-a-lei-n-13-979-2020/2#:~:text=Preg%C3%A3o%20com%20divulga%C3%A7%C3%A3o%20de%207%20dias%20%C3%BAteis%3A%2037%2C5%25,%C3%BAtil%20antes%20da%20ada%20de%20abertura%20da%20sess%C3%A3o>. Acesso em: 17 out. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 2.926, de 14 de maio de 1862**. Aprova o Regulamento para as arrematações dos serviços a cargo do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2926-14-maio-1862-555553-publicacaooriginal-74857-pe.html>. Acesso em: 16 out. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 1.171 de 22 de junho de 1994**. Aprova do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1171.htm. Acesso em: 16 out. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para Licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm Acesso em 01 ago. 2021.

BRASIL. Lei nº 12.462, de 04 de Agosto de 2011. Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC; altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12462.htm. Acesso em: 17 set. 2021.

BRASIL^a. Lei nº 10.520, de 17 de Julho de 2020. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10520.htm. Acesso em: 15 jul. 2021.

BRASIL^b. Lei nº 13.979, de 6 de Fevereiro de 2020. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l13979.htm. Acesso em: 01 ago. 2021.

BRASIL^c. Lei nº 14.035, de 11 de Agosto de 2020. Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre procedimentos para a aquisição ou contratação de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. Disponível em; <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.035-de-11-de-agosto-de-2020-271717691>. Acesso em: 07 jun. 2021.

BRASIL^d. Lei nº 14.065, de 30 de Setembro de 2020. Autoriza pagamentos antecipados nas licitações e nos contratos realizados no âmbito da administração pública; adequa os limites de dispensa de licitação; amplia o uso do Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L14065.htm. Acesso em 12 set. 2021.

BRASIL^e. Medida Provisória nº 926, de 20 de Março de 2020. Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre procedimentos para aquisição de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-926-de-20-de-marco-de-2020-249094248>. Acesso em: 25 jul. 2021.

BRASIL^f. **Medida Provisória nº 961, de 06 de Maio de 2020**. Autoriza pagamentos antecipados nas licitações e nos contratos, adequa os limites de dispensa de licitação e amplia o uso do Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/Mpv/mpv961.htm. Acesso em: 12 set. 2021.

BRASIL^g. **Parecer 00006 de 2020**. Premissas adicionais para utilização de minutas de contratação fundadas na Lei nº 13.979/20 e encaminhamento de minutas de serviços de engenharia para análise superior. Advocacia-Geral da União. Disponível em: <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/consultoria-geral-da-uniao-1/modelos-de-convenios-licitacoes-e-contratos/modelos-de-licitacoes-e-contratos/covid-19-lei-no-14-035-20>. Acesso em: 12 set. 2021.

BRASIL^h. **Lei nº 14.006, de 28 de Maio de 2020**. Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para estabelecer o prazo de 72 (setenta e duas) horas para que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) autorize a importação e distribuição de quaisquer materiais, medicamentos, equipamentos e insumos da área de saúde registrados por autoridade sanitária estrangeira e autorizados à distribuição comercial em seus respectivos países; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L14006.htm. Acesso em: 12 set. 2021.

BRASIL. **Lei nº 14.133, de 1º de Abril de 2021**. Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.133-de-1-de-abril-de-2021-311876884>. Acesso em: 17 maio 2021.

BITTENCOURT, Sidney. **Contratando sem licitação**. 2.ed. São Paulo: Almedina, 2020.

BOAVENTURA, Carmen Iêda Carneiro; ALCÂNTARA, Marcus Vinícius Reis de. **A lei nº 14.065/2020 e o novo cenário das contratações públicas**. 2020. Disponível em: <http://www.licitante.com.br/lei-14065-20-novo-cenario-contratacoes-publicas>. Acesso em: 12 set. 2021.

CALASANS JUNIOR, José. **Manual da Licitação: com base na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

CANOINHAS. Prefeitura Municipal de. **Transparência**. Disponível em: <https://www.pmc.sc.gov.br/licitacoes/index/index/codMapaltem/18320>. Acesso em: 18 set. 2021.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. São Paulo: Grupo GEN, 2020.

JUSTEN FILHO ET ALL, Marçal. **Direito Administrativo da Emergência**. Um modelo jurídico. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/325042/direito-administrativo-da-emergencia---um-modelo-juridico>. Acesso em: 01 ago. 2021.

MARINELA, Fernanda. **Direito administrativo**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. **Administração pública, concessões e terceiro setor**. 3. ed. rev., ampl. e atual. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2015.

TOLEDO, Fernanda de Almeida. **Algumas das principais mudanças trazidas pela nova Lei de Licitações**. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2021-out-03/toledo-algumas-principais-mudancas-lei-licitacoes>. Acesso em: 16 set. 2021.

TORRES, Ronny Charles Lopes de. **Leis de Licitações Públicas Comentadas**. 9.ed. Salvador: Juspodivm, 2018.

Artigo recebido em: 18/08/2021

Artigo aceito em: 28/10/2021

Artigo publicado em: 03/03/2022